

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. - ECIII, com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O setor elétrico foi fortemente impactado no ano de 2015 pela falta de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, como vem ocorrendo desde o final de 2013, o que forçou a geração em grande escala de energia proveniente de usinas térmicas, de custo mais elevado.

Apesar do cenário desfavorável do mercado de energia elétrica destaca-se que a Receita Operacional Líquida atingiu o montante de R\$ 36,5 milhões no final do período em análise, contra R\$ 35,3 milhões do mesmo período de 2014, significando um crescimento de 3,21%.

Em 2015, ocorreu uma redução do custo da energia contratada, 10,6 milhões contra 12,9 milhões em comparação com o período anterior. Os custos de energia continuaram altos, devido à grave crise energética ocorrida no país, com a consequente redução da energia assegurada do sistema, a geração em larga escala de energia termelétrica e os altos custos associados ao PLD. Colaborou para a redução do custo de energia a repactuação do risco hidrológico.

O resultado no final do período em análise apresentou um Lucro Líquido de R\$ 5,5 milhões no final de 2015 contra R\$ 4,8 milhões no mesmo período de 2014, com aumento de 17,0%, principalmente em função da redução do custo da energia contratada, pelas razões já expostas acima.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Energética Corumbá III - ECIII foi constituída em junho de 2001 com o objetivo de construir e operar a usina hidrelétrica Corumbá III. Em agosto de 2006, a companhia se associou ao grupo Neoenergia com a constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente a ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 - ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa Nº 980 de 10 de julho de 2007.

A UHE Corumbá III, localizada no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III.

A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema.

Em 04/09/2012 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 2.759, alterando o registro da Potência Instalada para 96.447 kW e da Potência Líquida para 89.484 kW da UHE Corumbá III, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 15 de outubro de 2001 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 126/2001.

3. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA COMPANHIA



4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração

De acordo com a Ata de Acionistas o Conselho de Administração é composto por seis conselheiros. Cada um dos acionistas CEB e CELG-GT indicam dois conselheiros. A Geração CIII indica um conselheiro, e os acionistas STRATA e ENERGETIC POWER indicam, em conjunto, outro conselheiro, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Diretoria

A Diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente o Diretor Geral acumula o cargo de Diretor Técnico.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO

Liminares referentes ao Risco Hidrológico

No decorrer de 2015 diversas empresas de geração obtiveram liminares as isentando do pagamento do custo decorrente de a GSF ser menor que a unidade. A CCEE rateou os valores cobertos pelas liminares para os demais agentes que estavam desprotegidos. Inicialmente, em agosto de 2015 a ECIII pagou R\$ 1,275 milhões por conta desse rateio. Imediatamente a ECIII, entrou com pedido de liminar, a qual foi atendida em relação ao não rateio dos custos

decorrentes da GSF oriundos da isenção de pagamento obtida judicialmente por outras empresas. Mesmo assim, a CCEE se apropriou em outubro do saldo da conta da ECIII junto ao Bradesco, utilizada exclusivamente para as liquidações, de R\$ 1,672 milhões de um montante cobrado de R\$ 95 milhões. Após sucessivas reiterações de decisões liminares a favor da ECIII, a CCEE, por decisão de seu Conselho de Administração, resolveu não mais cobrar os valores correspondentes ao rateio, bem como efetuar seu ressarcimento à ECIII, o que ocorrerá no início de 2016.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a Energética Corumbá III SA, por meio da carta ECIII 035/2015 de 22 de dezembro de 2015, encaminhou à SRM - Superintendência de Regulação de Estudos do Mercado, manifestando o interesse na Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL por meio do Despacho 034/16 de 11/01/2016 anuiu a Repactuação do Risco Hidrológico pleiteado pela ECIII.

Por meio da correspondência ECIII 003/2016 à SRM foi encaminhou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico de nº 35/016 em 14/01/2016, bem como a manifestação de desistência da Ação Ordinária nº 55571-48-2015.4.01.3400 que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico. Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECIII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado, somente ocorrerá a partir de 07/11/2016, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14/02/2017. O montante de potência repactuado foi de 19.59991 MW médios. O resultado a ser ressarcido referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, calculado pelo custo de 15,13 R\$/MWh referidos a janeiro de 2015, conforme Resolução 684/2015, totaliza R\$ 2.597 milhões.

6. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A energia gerada pela UHE Corumbá III correspondente a 50,9 MW Médios foi totalmente comercializada junto à CEB Distribuição, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2012, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007. Em 2014 a geração da UHE Corumbá III totalizou 219.153 MWh, equivalentes a 25,02 MW Médios, correspondente a 49% de sua energia assegurada. Desse montante, 40% correspondem à parcela da ECIII no empreendimento.

6.1 - Dados Econômico-Financeiros (R\$)

	2015	2014	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	38.282.425	37.095.264	3,2%
Receita Operacional Líquida	36.523.482	35.387.412	3,2%
EBITDA	17.410.906	15.269.686	14,0%
Resultado do Serviço EBIT	12.645.747	11.092.800	14,0%
Resultado Financeiro	(5.770.901)	(5.017.683)	15,0%
Lucro Líquido	5.557.099	4.751.817	16,9%

6.2 - Indicadores Patrimoniais (R\$)

	2015	2014	Variação (%)
Ativo Total	230.966.132	234.127.155	-1,4%
Dívida Bruta	55.478.360	62.378.283	-11,1%
Dívida Líquida (1)	47.672.483	49.864.198	-4,4%
Patrimônio Líquido	155.648.924	151.393.649	2,8%

6.3 - Indicadores Financeiros de Margem (%)

	2015	2014	Variação (%)
Margem EBITDA	47,7%	43,2%	10,5%
Margem EBIT	34,6%	31,3%	10,5%
Margem Líquida	15,2%	13,4%	13,3%

6.4 - Indicadores Financeiros de Dívida

	2015	2014	Variação (%)
Dívida Líquida / EBITDA	273,8%	326,6%	-16,2%
Índice de Endividamento	30,6%	32,9%	-7,0%
Índice de Cobertura da Dívida	1,77	2,04	-13,2%

6.4 RESULTADO DO ANO

	2015	2014	Variação (%)
Demonstrações de Resultado (R\$)			
Receita Bruta	38.282.425	37.095.264	3,2%
Dedução da Receita Bruta	(1.758.943)	(1.707.851)	3,0%
Receita Líquida	36.523.482	35.387.412	3,2%
Custos de Bens e Serviços Vendidos	(20.647.986)	(22.324.823)	-7,5%
Resultado Bruto	15.875.495	13.062.590	21,5%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(3.229.749)	(1.969.790)	64,0%
Resultado do Serviço	12.645.747	11.092.800	14,0%
(-) Amortização e Depreciação	4.765.160	4.176.886	14,1%
EBITDA	17.410.906	15.269.686	14,0%
Resultado Financeiro	(5.770.901)	(5.017.683)	15,0%
Lucro antes dos impostos	6.874.846	6.075.116	13,2%
IRPJ e CSLL	(1.317.747)	(1.319.712)	-0,1%
Lucro Líquido	5.557.099	4.751.817	16,9%

6.4.1 Receita Bruta

A Receita Operacional Bruta atingiu o montante de R\$ 38,3 milhões no final do período em análise, contra R\$ 37,1 milhões do mesmo período de 2014, significando um crescimento de 3,2%, decorrente do reajuste do contrato de fornecimento com a CEB-D.

6.4.2 Custos e Despesas

Custos e Despesas Operacionais (R\$)	2015	2014	Variação (%)
Custo com Energia			
Aquisição de Energia de Curto Prazo	(10.582.103)	(12.851.466)	-17,7%
Encargos do Uso da Rede Elétrica	(723.098)	(598.613)	20,8%
Custo com Operação			
Serviços de Terceiros	(3.894.662)	(3.427.546)	13,6%
Depreciação	(4.647.782)	(4.108.815)	13,1%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(501.865)	(841.413)	-40,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	(89.327)	(72.625)	23,0%
Outros Custos de Operação	(209.151)	(424.344)	-50,7%
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal e Administradores	(1.577.307)	(1.574.453)	0,2%
Serviços de Terceiros	(776.095)	(385.351)	101,4%
Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	-	-
Depreciação	(117.378)	(68.071)	72,4%
Tributos	(4.364)	(57.474)	-92,4%
Outras Despesas	(213.501)	115.559	-284,8%
Total	(23.877.735)	(24.294.613)	-1,7%

Em 2015, ocorreu uma redução de 17,7% do custo da energia contratada (10,6 milhões contra 12,9 milhões em comparação com o período anterior), conforme detalhado nos quadros a seguir:

CONTRATAÇÃO DE ENERGIA

	2015	2014
Energia Contratada noMRE - MWh	41.189	3.280
Energia Contratada noMCP / PLD - MWh	24.670	14.600
Energia Contratada noACL - MWh	7.143	5.589
	73.002	23.469

PREÇO MÉDIO DA ENERGIA CONTRATADA

	2015	2014
Energia Contratada noMRE - R\$/MWh	13,07	15,98
Energia Contratada noMCP / PLD - R\$/MWh	389,82	751,28
Energia Contratada noACL - R\$/MWh	357,75	276,95

CUSTO COM A CONTRATAÇÃO DE ENERGIA

	2015	2014
Energia Contratada noMRE - R\$	538.202	52.412
Energia Contratada noMCP / PLD - R\$	9.616.709	10.968.496
Energia Contratada noACL - R\$	2.555.513	1.547.888
Ajustes Financeiros e Reconstituições / CCEE - R\$	469.427	282.669
Repactuação GSF - R\$	(2.597.749)	-
	10.582.103	12.851.466

Apesar de o volume de energia contratados em 2015 ser muito superior ao de 2014, os custos de energia reduziram 17,7%. Isso foi possível devido à redução de 48% do valor médio do PLD, item de maior influência nos custos e à repactuação do risco hidrológico. A necessidade de volume maior de energia em 2015 se deveu à baixa geração da Usina Corumbá III (87,661MWh) em 2015 contra 156.847 MWh em 2014) e à redução da Energia Assegurada do sistema (GSF).

O resultado no final do período em análise apresentou um Lucro Líquido de R\$ 5,5 milhões no final de 2015 contra R\$ 4,8 milhões no mesmo período de 2014, com aumento de 17,0%, principalmente em função da redução do custo da energia contratada, pelas razões já expostas acima.

O aumento de 20,8% na despesa referente aos Encargos de Uso do Sistema de Distribuição se deveu ao fato de que algumas parcelas que deveriam ter sido cobradas pela CEB-D em 2014, somente o foram em 2015.

A redução de 40,4% da despesa de Compensação Financeira de Recursos Hídricos - CFRH foi devida à drástica redução na geração da UHE Corumbá III. As despesas com Serviços de Terceiros aumentaram 22,5% em decorrência da contratação de assistência jurídica para impetrar as ações judiciais referentes à GSF. As despesas referentes à Depreciação e Perdas na Desativação de Bens foram maiores em 2015, em função da reavaliação do Ativo Imobilizado do Consórcio Empreendedor Corumbá III, bem como a transferência da rubrica Adiantamento a Fornecedores para o Imobilizado em Serviço de 1,94 milhões, retroativamente ao início da Operação Comercial da Usina.

O aumento de 17,6% em outros custos e despesas se deveu, principalmente à reversão de provisão trabalhista ocorrida no Consórcio Empreendedor Corumbá III em 2014 e refletida na ECIII, pelo valor de R\$ 400 mil. Essa reversão distorceu o valor dessa rubrica para efeitos de comparação com 2015.

6.4.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro Líquido (R\$ mil)	2015	2014	Variação (%)
Renda de Aplicações Financeiras	943.801	1.461.292	-35,4%
Encargos do Financiamento BNDES	(4.364.307)	(4.339.884)	0,6%
Outras Despesas Financeiras	(2.350.395)	(2.139.092)	9,9%
Resultado Financeiro	(5.770.901)	(5.017.683)	15,0%

O fator que mais contribuiu com a diminuição do resultado financeiro de 2015 em relação a 2014 foi a redução da renda de aplicações financeiras, em função da diminuição das disponibilidades por causa do alto custo de contratação de energia. Outro fator a ser considerado foi o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo, indexador do Financiamento contratado com o BNDES que passou por sucessivas altas, de 5% para 7%, ao longo de 2015, conforme quadro a seguir:

02 - 08		ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. CNPJ 04.631.430/0001-62																																																																																																																																																																																																			
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015																																																																																																																																																																																																					
<p>Outubro a Dezembro 2015 7,0%</p> <p>Julho a Setembro 6,5%</p> <p>Abril a Junho 6,0%</p> <p>Janeiro a Março 5,5%</p> <p>Outubro a Dezembro 2014 5,0%</p>		<p>6.6 Investimentos</p> <p>Em 2015, a ECIII investiu R\$ 760 mil no empreendimento UHE Corumbá III, processos de desapropriação de terras e benfeitorias, revegetação da APP, recuperação da margem esquerda do Rio Corumbá junto ao vertedouro da usina e em aquisições de sobressalentes.</p> <p>Em 2016 há previsão de maiores investimentos em função do incremento das atividades de revegetação e aquisição da unidade para a conclusão do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, celebrado em 07.07.2008, entre o CECIII, o Município de Luziânia e o Ministério Público.</p> <p>Meio Ambiente e APP</p> <p>O Consórcio Empreendedor Corumbá III - CEC III, em atendimento às condicionantes da Licença de Operação nº 844/2009 e da Licença de Funcionamento nº (LF 3061/2013), bem como aos preceitos ambientais vigentes, realizou uma série de atividades e programas ambientais, como forma de minimizar os impactos decorrentes da instalação do empreendimento, tais como: Monitoramento Sismológico; Monitoramento de qualidade de Água;</p>		<p>Monitoramento de Ictiofauna; Plano da Assistência Social; Monitoramento climatológico; Monitoramento de fauna; Programa de comunicação Social e Educação Ambiental e Monitoramento dos focos erosivos, revegetação da APP, além do atendimento às exigências do Termo de Ajustamento de Conduta, assinado com o Ministério Público.</p> <p>Conclusão</p> <p>A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a operação da UHE Corumbá III, com a disponibilidade de sua potência total, sem nenhuma restrição técnica.</p> <p>Neste sentido vem de público agradecer o apoio incondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, consubstanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III.</p> <p>Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2015 bem como o parecer dos auditores independentes:</p>																																																																																																																																																																																																	
<p>6.5 Perfil da Dívida</p> <p>Para a implantação do empreendimento, a ECIII celebrou em 2009 um contrato de financiamento do BNDES, cuja taxa de juros é a TJLP mais SPREAD de 1,72 e prazo de 14 anos. A parcela superior a 6% da TJLP é capitalizada. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor do financiamento são os seguintes:</p>		<p>FINANCIAMENTO BNDES</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data:</th> <th>31/12/2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo Devedor - CP</td> <td>7.131.878</td> </tr> <tr> <td>Saldo Devedor - LP</td> <td>48.140.178</td> </tr> <tr> <td>Saldo Devedor Total</td> <td>55.272.056</td> </tr> </tbody> </table>				Data:	31/12/2015	Saldo Devedor - CP	7.131.878	Saldo Devedor - LP	48.140.178	Saldo Devedor Total	55.272.056																																																																																																																																																																																								
Data:	31/12/2015																																																																																																																																																																																																				
Saldo Devedor - CP	7.131.878																																																																																																																																																																																																				
Saldo Devedor - LP	48.140.178																																																																																																																																																																																																				
Saldo Devedor Total	55.272.056																																																																																																																																																																																																				
<p>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO</p> <p>VALORES EXPRESSOS EM REAIS</p>			<p>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO</p> <p>VALORES EXPRESSOS EM REAIS</p>																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ATIVO</th> <th>NOTAS</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4">CIRCULANTE</td> </tr> <tr> <td>Caixa e Equivalente de Caixa</td> <td>5</td> <td>3.798.954</td> <td>7.230.269</td> </tr> <tr> <td>Concessionárias e Permissonárias</td> <td>6</td> <td>5.862.265</td> <td>4.346.707</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos</td> <td></td> <td>13.460</td> <td>2.780</td> </tr> <tr> <td>Valores a Recobrar</td> <td>7</td> <td>-</td> <td>133.323</td> </tr> <tr> <td>Outros Ativos</td> <td>8</td> <td>776.527</td> <td>175.813</td> </tr> <tr> <td>Energia Elétrica</td> <td>9</td> <td>2.947.417</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO CIRCULANTE</td> <td></td> <td>13.398.623</td> <td>11.888.892</td> </tr> <tr> <td colspan="4">NÃO CIRCULANTE</td> </tr> <tr> <td>Aportes de Investimento</td> <td></td> <td>230.174</td> <td>668.248</td> </tr> <tr> <td>Repactuação GSF Resolução 684</td> <td>11</td> <td>2.597.749</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fundos Vinculados</td> <td>12</td> <td>4.006.923</td> <td>5.283.816</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>13</td> <td>206.430.466</td> <td>211.725.444</td> </tr> <tr> <td>Intangíveis</td> <td>14</td> <td>4.302.197</td> <td>4.560.755</td> </tr> <tr> <td>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</td> <td></td> <td>217.567.509</td> <td>222.238.263</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO ATIVO</td> <td></td> <td>230.966.132</td> <td>234.127.155</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.</p>			ATIVO	NOTAS	2015	2014	CIRCULANTE				Caixa e Equivalente de Caixa	5	3.798.954	7.230.269	Concessionárias e Permissonárias	6	5.862.265	4.346.707	Adiantamentos		13.460	2.780	Valores a Recobrar	7	-	133.323	Outros Ativos	8	776.527	175.813	Energia Elétrica	9	2.947.417	-	TOTAL DO CIRCULANTE		13.398.623	11.888.892	NÃO CIRCULANTE				Aportes de Investimento		230.174	668.248	Repactuação GSF Resolução 684	11	2.597.749	-	Fundos Vinculados	12	4.006.923	5.283.816	Imobilizado	13	206.430.466	211.725.444	Intangíveis	14	4.302.197	4.560.755	TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		217.567.509	222.238.263	TOTAL DO ATIVO		230.966.132	234.127.155	<table border="1"> <thead> <tr> <th>PASSIVO</th> <th>NOTAS</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4">CIRCULANTE</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>15</td> <td>461.190</td> <td>1.816.202</td> </tr> <tr> <td>Folha de Pagamento</td> <td>16</td> <td>61.590</td> <td>71.907</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e Financiamento</td> <td>17</td> <td>7.317.957</td> <td>7.281.850</td> </tr> <tr> <td>Taxas e Encargos Regulamentares</td> <td>18</td> <td>665.431</td> <td>538.666</td> </tr> <tr> <td>Tributos e Contribuições Sociais</td> <td>19</td> <td>528.106</td> <td>482.008</td> </tr> <tr> <td>Dívidas com Pessoas Ligadas</td> <td>20</td> <td>595.675</td> <td>568.626</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a Pagar</td> <td>21</td> <td>1.389.275</td> <td>1.187.909</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO CIRCULANTE</td> <td></td> <td>11.019.223</td> <td>11.947.168</td> </tr> <tr> <td colspan="4">NÃO CIRCULANTE</td> </tr> <tr> <td>Dívidas com Pessoas Ligadas</td> <td>20</td> <td>9.069.432</td> <td>9.069.432</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e Financiamentos</td> <td>17</td> <td>48.160.403</td> <td>55.096.433</td> </tr> <tr> <td>Uso do Bem Público</td> <td>22</td> <td>6.675.226</td> <td>6.227.549</td> </tr> <tr> <td>Pesquisa e Desenvolvimento</td> <td></td> <td>392.924</td> <td>392.924</td> </tr> <tr> <td>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</td> <td></td> <td>64.297.985</td> <td>70.786.338</td> </tr> <tr> <td colspan="4">PATRIMÔNIO LÍQUIDO</td> </tr> <tr> <td>Capital Social</td> <td>23</td> <td>121.586.088</td> <td>121.586.088</td> </tr> <tr> <td>Capital a Realizar</td> <td>23</td> <td>(2.125.197)</td> <td>(2.212.647)</td> </tr> <tr> <td>Reservas de Lucros</td> <td></td> <td>36.188.033</td> <td>32.020.208</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</td> <td></td> <td>155.648.924</td> <td>151.393.648</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO PASSIVO</td> <td></td> <td>230.966.132</td> <td>234.127.154</td> </tr> </tbody> </table>			PASSIVO	NOTAS	2015	2014	CIRCULANTE				Fornecedores	15	461.190	1.816.202	Folha de Pagamento	16	61.590	71.907	Empréstimos e Financiamento	17	7.317.957	7.281.850	Taxas e Encargos Regulamentares	18	665.431	538.666	Tributos e Contribuições Sociais	19	528.106	482.008	Dívidas com Pessoas Ligadas	20	595.675	568.626	Dividendos a Pagar	21	1.389.275	1.187.909	TOTAL DO CIRCULANTE		11.019.223	11.947.168	NÃO CIRCULANTE				Dívidas com Pessoas Ligadas	20	9.069.432	9.069.432	Empréstimos e Financiamentos	17	48.160.403	55.096.433	Uso do Bem Público	22	6.675.226	6.227.549	Pesquisa e Desenvolvimento		392.924	392.924	TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.297.985	70.786.338	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Capital Social	23	121.586.088	121.586.088	Capital a Realizar	23	(2.125.197)	(2.212.647)	Reservas de Lucros		36.188.033	32.020.208	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.648.924	151.393.648	TOTAL DO PASSIVO		230.966.132	234.127.154																																				
ATIVO	NOTAS	2015	2014																																																																																																																																																																																																		
CIRCULANTE																																																																																																																																																																																																					
Caixa e Equivalente de Caixa	5	3.798.954	7.230.269																																																																																																																																																																																																		
Concessionárias e Permissonárias	6	5.862.265	4.346.707																																																																																																																																																																																																		
Adiantamentos		13.460	2.780																																																																																																																																																																																																		
Valores a Recobrar	7	-	133.323																																																																																																																																																																																																		
Outros Ativos	8	776.527	175.813																																																																																																																																																																																																		
Energia Elétrica	9	2.947.417	-																																																																																																																																																																																																		
TOTAL DO CIRCULANTE		13.398.623	11.888.892																																																																																																																																																																																																		
NÃO CIRCULANTE																																																																																																																																																																																																					
Aportes de Investimento		230.174	668.248																																																																																																																																																																																																		
Repactuação GSF Resolução 684	11	2.597.749	-																																																																																																																																																																																																		
Fundos Vinculados	12	4.006.923	5.283.816																																																																																																																																																																																																		
Imobilizado	13	206.430.466	211.725.444																																																																																																																																																																																																		
Intangíveis	14	4.302.197	4.560.755																																																																																																																																																																																																		
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		217.567.509	222.238.263																																																																																																																																																																																																		
TOTAL DO ATIVO		230.966.132	234.127.155																																																																																																																																																																																																		
PASSIVO	NOTAS	2015	2014																																																																																																																																																																																																		
CIRCULANTE																																																																																																																																																																																																					
Fornecedores	15	461.190	1.816.202																																																																																																																																																																																																		
Folha de Pagamento	16	61.590	71.907																																																																																																																																																																																																		
Empréstimos e Financiamento	17	7.317.957	7.281.850																																																																																																																																																																																																		
Taxas e Encargos Regulamentares	18	665.431	538.666																																																																																																																																																																																																		
Tributos e Contribuições Sociais	19	528.106	482.008																																																																																																																																																																																																		
Dívidas com Pessoas Ligadas	20	595.675	568.626																																																																																																																																																																																																		
Dividendos a Pagar	21	1.389.275	1.187.909																																																																																																																																																																																																		
TOTAL DO CIRCULANTE		11.019.223	11.947.168																																																																																																																																																																																																		
NÃO CIRCULANTE																																																																																																																																																																																																					
Dívidas com Pessoas Ligadas	20	9.069.432	9.069.432																																																																																																																																																																																																		
Empréstimos e Financiamentos	17	48.160.403	55.096.433																																																																																																																																																																																																		
Uso do Bem Público	22	6.675.226	6.227.549																																																																																																																																																																																																		
Pesquisa e Desenvolvimento		392.924	392.924																																																																																																																																																																																																		
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.297.985	70.786.338																																																																																																																																																																																																		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO																																																																																																																																																																																																					
Capital Social	23	121.586.088	121.586.088																																																																																																																																																																																																		
Capital a Realizar	23	(2.125.197)	(2.212.647)																																																																																																																																																																																																		
Reservas de Lucros		36.188.033	32.020.208																																																																																																																																																																																																		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.648.924	151.393.648																																																																																																																																																																																																		
TOTAL DO PASSIVO		230.966.132	234.127.154																																																																																																																																																																																																		
<p>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO</p> <p>VALORES EXPRESSOS EM REAIS</p>			<p>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO</p> <p>VALORES EXPRESSOS EM REAIS</p>																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="3">FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</td> </tr> <tr> <td>Recebimentos de clientes e outros</td> <td>36.766.542</td> <td>35.908.847</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos a fornecedores</td> <td>(18.204.157)</td> <td>(11.719.218)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos a empregados</td> <td>(849.139)</td> <td>(261.836)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos de impostos e contribuições</td> <td>(2.479.420)</td> <td>(2.741.002)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos</td> <td>(1.285.637)</td> <td>(1.299.440)</td> </tr> <tr> <td>Aporte operacional</td> <td>(5.041.601)</td> <td>(5.183.609)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos de outras despesas</td> <td>(541.854)</td> <td>(310.318)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos de benefícios</td> <td>-</td> <td>(29.661)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos de serviços de terceiros</td> <td>(17.902)</td> <td>(536.121)</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos aos conselheiros</td> <td>(174.189)</td> <td>(150.087)</td> </tr> <tr> <td>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</td> <td>8.172.643</td> <td>13.677.554</td> </tr> <tr> <td colspan="3">FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</td> </tr> <tr> <td>Aporte de Investimento</td> <td>(465.628)</td> <td>(4.084.869)</td> </tr> <tr> <td>Aquisição de imobilizado</td> <td>(450)</td> <td>(3.750)</td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de aplicações financeiras</td> <td>382.931</td> <td>891.685</td> </tr> <tr> <td>Aplicação no realizável a longo prazo</td> <td>1.750.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(692.984)</td> <td>(1.045.315)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</td> <td>973.869</td> <td>(4.242.250)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</td> </tr> <tr> <td>Dividendos</td> <td>(1.100.459)</td> <td>(2.859.817)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de serviço da dívida - Encargos</td> <td>(4.363.865)</td> <td>(4.366.047)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de serviço da dívida - Principal</td> <td>(7.113.503)</td> <td>(7.099.029)</td> </tr> <tr> <td>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</td> <td>(12.577.827)</td> <td>(14.324.893)</td> </tr> <tr> <td>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES</td> <td>(3.431.315)</td> <td>(4.889.589)</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</td> <td>7.230.269</td> <td>12.119.858</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</td> <td>3.798.954</td> <td>7.230.269</td> </tr> <tr> <td>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES</td> <td>(3.431.315)</td> <td>(4.889.589)</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.</p>				2015	2014	FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES			Recebimentos de clientes e outros	36.766.542	35.908.847	Pagamentos a fornecedores	(18.204.157)	(11.719.218)	Pagamentos a empregados	(849.139)	(261.836)	Pagamentos de impostos e contribuições	(2.479.420)	(2.741.002)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.285.637)	(1.299.440)	Aporte operacional	(5.041.601)	(5.183.609)	Pagamentos de outras despesas	(541.854)	(310.318)	Pagamentos de benefícios	-	(29.661)	Pagamentos de serviços de terceiros	(17.902)	(536.121)	Pagamentos aos conselheiros	(174.189)	(150.087)	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.172.643	13.677.554	FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			Aporte de Investimento	(465.628)	(4.084.869)	Aquisição de imobilizado	(450)	(3.750)	Rendimentos de aplicações financeiras	382.931	891.685	Aplicação no realizável a longo prazo	1.750.000	-	Despesas financeiras	(692.984)	(1.045.315)	Outros	-	-	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	973.869	(4.242.250)	FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			Dividendos	(1.100.459)	(2.859.817)	Pagamento de serviço da dívida - Encargos	(4.363.865)	(4.366.047)	Pagamento de serviço da dívida - Principal	(7.113.503)	(7.099.029)	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.577.827)	(14.324.893)	AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(3.431.315)	(4.889.589)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.230.269	12.119.858	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.798.954	7.230.269	VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(3.431.315)	(4.889.589)	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="3">GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</td> </tr> <tr> <td>Receitas de Vendas de Energia e Serviços</td> <td>38.282.425</td> <td>37.095.264</td> </tr> <tr> <td>(-) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos da Energia Comprada</td> <td>(10.582.103)</td> <td>(12.851.466)</td> </tr> <tr> <td>Encargos ao Consumidor P&D</td> <td>(361.634)</td> <td>(353.874)</td> </tr> <tr> <td>Encargos do Uso da Rede Elétrica</td> <td>(723.098)</td> <td>(598.613)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de Terceiros</td> <td>(4.670.757)</td> <td>(3.812.897)</td> </tr> <tr> <td>Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos</td> <td>(501.865)</td> <td>(841.413)</td> </tr> <tr> <td>Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica</td> <td>(89.327)</td> <td>(72.625)</td> </tr> <tr> <td>Outros Custos e Despesas Operacionais</td> <td>(350.622)</td> <td>(280.910)</td> </tr> <tr> <td>Perdas na Desativação de Bens</td> <td>(541.104)</td> <td>(3.588)</td> </tr> <tr> <td>VALOR ADICIONADO BRUTO</td> <td>(17.820.510)</td> <td>(18.815.386)</td> </tr> <tr> <td>RETENÇÕES</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e Amortização</td> <td>(4.765.160)</td> <td>(4.176.886)</td> </tr> <tr> <td>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</td> <td>15.696.755</td> <td>14.102.992</td> </tr> <tr> <td>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas Financeiras</td> <td>943.801</td> <td>1.461.292</td> </tr> <tr> <td>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</td> <td>16.640.556</td> <td>15.564.284</td> </tr> <tr> <td>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td>1.577.307</td> <td>1.574.633</td> </tr> <tr> <td>Salário e Outras Remunerações</td> <td>682.431</td> <td>401.226</td> </tr> <tr> <td>Encargos Sociais</td> <td>202.980</td> <td>698.217</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>691.896</td> <td>475.190</td> </tr> <tr> <td>Governo</td> <td>2.719.419</td> <td>2.731.163</td> </tr> <tr> <td>Impostos Federais</td> <td>2.715.056</td> <td>2.673.689</td> </tr> <tr> <td>Outros Impostos e Taxas</td> <td>4.364</td> <td>57.474</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de Capitais de Terceiros</td> <td>6.786.731</td> <td>6.506.851</td> </tr> <tr> <td>Encargos de Dívidas</td> <td>4.364.307</td> <td>4.339.884</td> </tr> <tr> <td>Outras Despesas Financeiras</td> <td>2.350.395</td> <td>2.139.092</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>72.029</td> <td>27.876</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de Capitais Próprios</td> <td>5.557.099</td> <td>4.751.637</td> </tr> <tr> <td>Lucros Retidos</td> <td>4.167.824</td> <td>3.563.728</td> </tr> <tr> <td>Dividendos</td> <td>1.389.275</td> <td>1.187.909</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.</p>				2015	2014	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			Receitas de Vendas de Energia e Serviços	38.282.425	37.095.264	(-) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			Custos da Energia Comprada	(10.582.103)	(12.851.466)	Encargos ao Consumidor P&D	(361.634)	(353.874)	Encargos do Uso da Rede Elétrica	(723.098)	(598.613)	Serviços de Terceiros	(4.670.757)	(3.812.897)	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(501.865)	(841.413)	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	(89.327)	(72.625)	Outros Custos e Despesas Operacionais	(350.622)	(280.910)	Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	(3.588)	VALOR ADICIONADO BRUTO	(17.820.510)	(18.815.386)	RETENÇÕES			Depreciação e Amortização	(4.765.160)	(4.176.886)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	15.696.755	14.102.992	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			Receitas Financeiras	943.801	1.461.292	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	16.640.556	15.564.284	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			Pessoal	1.577.307	1.574.633	Salário e Outras Remunerações	682.431	401.226	Encargos Sociais	202.980	698.217	Outros	691.896	475.190	Governo	2.719.419	2.731.163	Impostos Federais	2.715.056	2.673.689	Outros Impostos e Taxas	4.364	57.474	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.786.731	6.506.851	Encargos de Dívidas	4.364.307	4.339.884	Outras Despesas Financeiras	2.350.395	2.139.092	Aluguéis	72.029	27.876	Remuneração de Capitais Próprios	5.557.099	4.751.637	Lucros Retidos	4.167.824	3.563.728	Dividendos	1.389.275	1.187.909
	2015	2014																																																																																																																																																																																																			
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES																																																																																																																																																																																																					
Recebimentos de clientes e outros	36.766.542	35.908.847																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos a fornecedores	(18.204.157)	(11.719.218)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos a empregados	(849.139)	(261.836)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos de impostos e contribuições	(2.479.420)	(2.741.002)																																																																																																																																																																																																			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.285.637)	(1.299.440)																																																																																																																																																																																																			
Aporte operacional	(5.041.601)	(5.183.609)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos de outras despesas	(541.854)	(310.318)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos de benefícios	-	(29.661)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos de serviços de terceiros	(17.902)	(536.121)																																																																																																																																																																																																			
Pagamentos aos conselheiros	(174.189)	(150.087)																																																																																																																																																																																																			
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.172.643	13.677.554																																																																																																																																																																																																			
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS																																																																																																																																																																																																					
Aporte de Investimento	(465.628)	(4.084.869)																																																																																																																																																																																																			
Aquisição de imobilizado	(450)	(3.750)																																																																																																																																																																																																			
Rendimentos de aplicações financeiras	382.931	891.685																																																																																																																																																																																																			
Aplicação no realizável a longo prazo	1.750.000	-																																																																																																																																																																																																			
Despesas financeiras	(692.984)	(1.045.315)																																																																																																																																																																																																			
Outros	-	-																																																																																																																																																																																																			
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	973.869	(4.242.250)																																																																																																																																																																																																			
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO																																																																																																																																																																																																					
Dividendos	(1.100.459)	(2.859.817)																																																																																																																																																																																																			
Pagamento de serviço da dívida - Encargos	(4.363.865)	(4.366.047)																																																																																																																																																																																																			
Pagamento de serviço da dívida - Principal	(7.113.503)	(7.099.029)																																																																																																																																																																																																			
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.577.827)	(14.324.893)																																																																																																																																																																																																			
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(3.431.315)	(4.889.589)																																																																																																																																																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.230.269	12.119.858																																																																																																																																																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.798.954	7.230.269																																																																																																																																																																																																			
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	(3.431.315)	(4.889.589)																																																																																																																																																																																																			
	2015	2014																																																																																																																																																																																																			
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO																																																																																																																																																																																																					
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	38.282.425	37.095.264																																																																																																																																																																																																			
(-) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO																																																																																																																																																																																																					
Custos da Energia Comprada	(10.582.103)	(12.851.466)																																																																																																																																																																																																			
Encargos ao Consumidor P&D	(361.634)	(353.874)																																																																																																																																																																																																			
Encargos do Uso da Rede Elétrica	(723.098)	(598.613)																																																																																																																																																																																																			
Serviços de Terceiros	(4.670.757)	(3.812.897)																																																																																																																																																																																																			
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(501.865)	(841.413)																																																																																																																																																																																																			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	(89.327)	(72.625)																																																																																																																																																																																																			
Outros Custos e Despesas Operacionais	(350.622)	(280.910)																																																																																																																																																																																																			
Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	(3.588)																																																																																																																																																																																																			
VALOR ADICIONADO BRUTO	(17.820.510)	(18.815.386)																																																																																																																																																																																																			
RETENÇÕES																																																																																																																																																																																																					
Depreciação e Amortização	(4.765.160)	(4.176.886)																																																																																																																																																																																																			
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	15.696.755	14.102.992																																																																																																																																																																																																			
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA																																																																																																																																																																																																					
Receitas Financeiras	943.801	1.461.292																																																																																																																																																																																																			
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	16.640.556	15.564.284																																																																																																																																																																																																			
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO																																																																																																																																																																																																					
Pessoal	1.577.307	1.574.633																																																																																																																																																																																																			
Salário e Outras Remunerações	682.431	401.226																																																																																																																																																																																																			
Encargos Sociais	202.980	698.217																																																																																																																																																																																																			
Outros	691.896	475.190																																																																																																																																																																																																			
Governo	2.719.419	2.731.163																																																																																																																																																																																																			
Impostos Federais	2.715.056	2.673.689																																																																																																																																																																																																			
Outros Impostos e Taxas	4.364	57.474																																																																																																																																																																																																			
Remuneração de Capitais de Terceiros	6.786.731	6.506.851																																																																																																																																																																																																			
Encargos de Dívidas	4.364.307	4.339.884																																																																																																																																																																																																			
Outras Despesas Financeiras	2.350.395	2.139.092																																																																																																																																																																																																			
Aluguéis	72.029	27.876																																																																																																																																																																																																			
Remuneração de Capitais Próprios	5.557.099	4.751.637																																																																																																																																																																																																			
Lucros Retidos	4.167.824	3.563.728																																																																																																																																																																																																			
Dividendos	1.389.275	1.187.909																																																																																																																																																																																																			
<p>DESPESAS OPERACIONAIS</p> <p>Despesas Gerais e Administrativas</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Pessoal e Administradores</td> <td>(1.577.307)</td> <td>(1.574.633)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de Terceiros</td> <td>(776.095)</td> <td>(385.351)</td> </tr> <tr> <td>Perdas na Desativação de Bens</td> <td>(541.104)</td> <td>(3.588)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td>(117.378)</td> <td>(68.071)</td> </tr> <tr> <td>Tributos</td> <td>(4.364)</td> <td>(57.474)</td> </tr> <tr> <td>Outras Despesas/Receitas</td> <td>(213.501)</td> <td>115.559</td> </tr> <tr> <td>RESULTADO DO SERVIÇO</td> <td>(3.229.749)</td> <td>(1.973.558)</td> </tr> </tbody> </table> <p>RESULTADO DO SERVIÇO</p> <p>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Rendas de Aplicações Financeiras</td> <td>943.801</td> <td>1.461.292</td> </tr> <tr> <td>Encargos de Dívidas</td> <td>(4.364.307)</td> <td>(4.339.884)</td> </tr> <tr> <td>Outras Despesas Financeiras</td> <td>(2.350.395)</td> <td>(2.139.092)</td> </tr> <tr> <td>RESULTADO FINANCEIRO</td> <td>(5.770.901)</td> <td>(5,017,683)</td> </tr> </tbody> </table> <p>RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Imposto de Renda</td> <td>(817.013)</td> <td>(790.467)</td> </tr> <tr> <td>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</td> <td>(500.735)</td> <td>(529.244)</td> </tr> <tr> <td>RESULTADO DO PERÍODO</td> <td>5.557.099</td> <td>4.751.637</td> </tr> </tbody> </table> <p>Resultado por lote de 1.000 ações do capital</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> <td>46</td> <td>39</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.</p>			Pessoal e Administradores	(1.577.307)	(1.574.633)	Serviços de Terceiros	(776.095)	(385.351)	Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	(3.588)	Depreciação	(117.378)	(68.071)	Tributos	(4.364)	(57.474)	Outras Despesas/Receitas	(213.501)	115.559	RESULTADO DO SERVIÇO	(3.229.749)	(1.973.558)	Rendas de Aplicações Financeiras	943.801	1.461.292	Encargos de Dívidas	(4.364.307)	(4.339.884)	Outras Despesas Financeiras	(2.350.395)	(2.139.092)	RESULTADO FINANCEIRO	(5.770.901)	(5,017,683)	Imposto de Renda	(817.013)	(790.467)	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(500.735)	(529.244)	RESULTADO DO PERÍODO	5.557.099	4.751.637		46	39	<p>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO</p> <p>VALORES EXPRESSOS EM REAIS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro Líquido do Exercício</td> <td>5.557.099</td> <td>4.751.637</td> </tr> <tr> <td>Outros Resultados Abrangentes</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Resultado Abrangente do Exercício</td> <td>5.557.099</td> <td>4.751.637</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.</p>				2015	2014	Lucro Líquido do Exercício	5.557.099	4.751.637	Outros Resultados Abrangentes	-	-	Resultado Abrangente do Exercício	5.557.099	4.751.637																																																																																																																																							
Pessoal e Administradores	(1.577.307)	(1.574.633)																																																																																																																																																																																																			
Serviços de Terceiros	(776.095)	(385.351)																																																																																																																																																																																																			
Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	(3.588)																																																																																																																																																																																																			
Depreciação	(117.378)	(68.071)																																																																																																																																																																																																			
Tributos	(4.364)	(57.474)																																																																																																																																																																																																			
Outras Despesas/Receitas	(213.501)	115.559																																																																																																																																																																																																			
RESULTADO DO SERVIÇO	(3.229.749)	(1.973.558)																																																																																																																																																																																																			
Rendas de Aplicações Financeiras	943.801	1.461.292																																																																																																																																																																																																			
Encargos de Dívidas	(4.364.307)	(4.339.884)																																																																																																																																																																																																			
Outras Despesas Financeiras	(2.350.395)	(2.139.092)																																																																																																																																																																																																			
RESULTADO FINANCEIRO	(5.770.901)	(5,017,683)																																																																																																																																																																																																			
Imposto de Renda	(817.013)	(790.467)																																																																																																																																																																																																			
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(500.735)	(529.244)																																																																																																																																																																																																			
RESULTADO DO PERÍODO	5.557.099	4.751.637																																																																																																																																																																																																			
	46	39																																																																																																																																																																																																			
	2015	2014																																																																																																																																																																																																			
Lucro Líquido do Exercício	5.557.099	4.751.637																																																																																																																																																																																																			
Outros Resultados Abrangentes	-	-																																																																																																																																																																																																			
Resultado Abrangente do Exercício	5.557.099	4.751.637																																																																																																																																																																																																			

03 > 08

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

Especificações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Capital de Giro	Reserva de Expansão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	119.151.638	2.005.320	2.005.320	24.445.840		147.608.119
Integralização de Capital	221.803	-	-	-	-	221.803
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.751.637	4.751.637
Constituição de Reserva Legal	-	237.582	-	-	(237.582)	-
Constituição de Reserva Manut. Capital de Giro	-	-	237.582	-	(237.582)	-
Constituição de Reserva para Expansão	-	-	-	3.088.564	(3.088.564)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(1.187.909)	(1.187.909)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	119.373.441	2.242.902	2.242.902	27.534.404		151.393.650
Mutações do Exercício	221.803	237.582	237.582	3.088.564		3.785.531
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	119.373.441	2.242.902	2.242.902	27.534.404		151.393.650
Integralização de Capital	87.450	-	-	-	-	87.450
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.557.099	5.557.099
Constituição de Reserva Legal	-	277.855	-	-	(277.855)	-
Constituição de Reserva Manut. Capital de Giro	-	-	277.855	-	(277.855)	-
Constituição de Reserva para Expansão	-	-	-	3.612.114	(3.612.114)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(1.389.275)	(1.389.275)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	119.460.891	2.520.757	2.520.757	31.146.518		155.648.924
Mutações do Exercício	87.450	277.855	277.855	3.612.114		4.255.274

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energética Corumbá III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A. nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 entrou em operação a segunda turbina. A atividade de exploração de geração de energia elétrica é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

1.1 Concessões

O Contrato de Concessão nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e ativado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração CIII S.A.

Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 07 de novembro de 2036.

A energia gerada é comercializada pelas consorciadas (Energética/Corumbá III S.A. e Geração CIII S.A.), com a venda da energia contratada totalmente pela CEB Distribuição S.A. e reajustado anualmente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e com as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e premissas contábeis que exigem o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Tais julgamentos são revisados de maneira contínua e revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e ou em quaisquer períodos futuros afetados. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de janeiro de 2016.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.2 Regulatórios

2.2.1 Limitares referentes ao Risco Hidrológico

No decorrer de 2015 diversas empresas de geração obtiveram limitares para isenção do pagamento do custo decorrente de a GSF ser menor que a unidade. A CCEE raterou os valores cobertos pelas limitares para os demais agentes que estavam desprotegidos. Inicialmente, em agosto de 2015, a ECHII pagou R\$ 1,275 milhão por conta desse rateio. Imediatamente a ECHII, entrou com pedido de liminar, a qual foi atendida em relação ao não rateio dos custos decorrentes da GSF oriundos da isenção de pagamento obtida judicialmente por outras empresas. Mesmo assim, a CCEE se apropriou em outubro do saldo da conta da ECHII junto ao Bradesco, utilizada exclusivamente para as liquidações, de R\$ 1,672 milhão de um montante cobrado de R\$ 95 milhões.

Após sucessivas reiterações de decisões limitares a favor da ECHII, a CCEE, por decisão de seu Conselho de Administração, resolveu não mais cobrar os valores correspondentes ao rateio, bem como efetuar seu ressarcimento à ECHII, o que ocorrerá no início de 2016.

2.2.2 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c) Uso do bem público: Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica a qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

2.2.3 Repactuação do Risco Hidrológico-Acordo GSF:

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões, tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º desta norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica. A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a Energética Corumbá III S.A. por meio da carta ECHII 035/2015, de 22 de dezembro de 2015, encaminhou à SRM - Superintendência de Regulação de Estudos do Mercado, manifestação de seu interesse na Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL, por meio do Despacho 034/16, de 11 de janeiro de 2016, anuiu à Repactuação do Risco Hidrológico pleiteado pela ECHII.

Por meio da correspondência ECHII 003/2016.a SRM encaminhou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico nº 35/016, em 14 de janeiro de 2016, bem como a manifestação de desistência da Ação Ordinária nº 55571-48/2015.4.01.3400, que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico.

Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECHII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado somente ocorrerá a partir de 07 de novembro de 2036, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14 de fevereiro de 2037.

O montante de potência repactuado foi de 19,59991 MW médios. O resultado a ser ressarcido referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, calculado pelo custo de 15,13 R\$/MWh, referidos a janeiro de 2015, conforme Resolução 684/2015, totaliza R\$ 2,597 milhões.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas demonstrações financeiras a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros - Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia o final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

03 > 08

04 - 08

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a estimativa para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - Impairment

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica ("outros ativos") no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos da estimativa para perdas, quando aplicável.

2.8 Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

2.9 Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução ANEEL nº 444/2001. Quando da conclusão dos projetos, estes são submetidos à aprovação da superintendência da ANEEL, responsável pela avaliação e batizados em contrapartida da conta do passivo de P&D.

2.10 Ativos intangíveis

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.10.2 Utilização de bem público - UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais, referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis e são amortizados ao longo do período de concessão.

2.11 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído menos depreciação acumulada. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados. Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão. Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica remanescente. A Administração da Companhia entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da Concessão e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

2.12 Contratos de Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 126/2001, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, e, aditivamente em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração CIII S.A. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a critério do Poder Concedente.

Contrato de Concessão	Usina	Tipo	Rio	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWh Médio)	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
126/2001	UHE CORUMBÁ III	Hidrelétrica	Corumbá - GO	96,447	50,9	07/11/2001	07/11/2036

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou referida revisão, a qual não indicou perda por *impairment* a ser reconhecida.

2.14 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, civis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito executável legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

2.17 Reconhecimento da receita

2.17.1 Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.17.2 Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

2.19 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda, contribuição social e impostos diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas na data da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. No exercício de 2015, não houve créditos por base de diferenças temporárias.

3.1.2 Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o NBC TG 27 - Ativo imobilizado (CPC 27), e o Consórcio Empreendedor Corumbá III SAA em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração: (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores); e (ii) respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

3.2 Novas normas, pronunciamentos, alterações e interpretações

Normas e alterações das normas publicadas pelo *International Financial Standards Boards* (IASB), mas ainda não editadas pelo CPC:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C)	01/01/2013
IAS 12 - Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos "Underlying"	O objetivo desta Norma é preservar o tratamento contábil para impostos sobre a renda. Para as finalidades desta Norma, impostos sobre a renda incluem todos os impostos nacionais e estrangeiros que sejam baseados em lucros tributáveis	01/01/2013
IFRS 7 - Notas Explicativas: compensação de Ativos e Passivos Financeiros	O objetivo desta IFRS é exigir que as entidades forneçam divulgações em suas demonstrações financeiras que permitam aos usuários avaliar: (a) a significância de instrumentos financeiros para a posição e desempenho financeiro da entidade; e (b) a natureza e extensão de riscos decorrentes de instrumentos financeiros, aos quais a entidade está exposta durante o período e no final do período de relatório, e como a entidade gerencia esses riscos.	01/01/2013

04 - 08

05 ► 08

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não estimoou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis, por não ter base ou informações sobre seu conteúdo. A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 5 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	Refere-se a métodos de alienação de ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares.	01/01/2016
IFRS 7 – Instrumentos financeiros	A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita de suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).	01/01/2016
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	01/01/2018
AFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento	Altera o IFRS 10, estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	01/01/2016
IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto	Refere-se à contabilização de acordos contratuais em conjunto.	01/01/2016
IFRS 15 – Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	01/01/2018
IFRS 16 – Arrendamento	Estabelece critérios de informações a serem prestadas pelo locador e locatário acerca de operações de arrendamento mercantil.	01/01/2019
IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto	Altera o IFRS 11 que se refere à contabilização de acordos contratuais em conjunto.	01/01/2016
IAS 1 – Iniciativa de divulgação	Alteração visando esclarecimentos sobre materialidade, linhas das demonstrações, flexibilização das informações em notas explicativas, resultados abrangentes e contabilização pelo método patrimonial.	01/01/2016
IAS19 – Benefícios Empregados	Refere-se a utilização de taxas de títulos públicos para cálculo dos benefícios quando não existir mercado de título privado de alta qualidade na moeda.	01/01/2016
IAS 38/CPC 40 (R1) – Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	01/01/2016

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados, a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas, não terá nenhum efeito sobre os saldos reportados anteriormente.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa. O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Geral de Mercado – IGP-M sobre os empréstimos é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelo aumento dos preços nos contratos que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como contas a receber em aberto. O preço da energia elétrica vendida, determinados nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia serão liquidadas no âmbito da CCEE.

Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional - SIN é atendido por cerca de 70% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

4.3 Outros riscos

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. As atividades do Consórcio Corumbá III estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade do Consórcio a operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	1.545	467
Bancos Conta Movimento	79.254	2.830.758
Aplicações Financeiras	3.718.155	4.399.044
	<u>3.798.954</u>	<u>7.230.269</u>

As aplicações financeiras correspondem as operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2015, ocorreu redução de 15% nas aplicações financeiras em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2014, decorrentes, principalmente da diminuição das disponibilidades financeiras em virtude do alto custo pago pela Companhia para contratação de energia.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
CEB Distribuição	5.862.265	4.346.707

As faturas emitidas pela Companhia são referente ao contrato nº. CCVEE Nº 073.2002 e seus aditivos, firmado com a CEB, que prevê vencimento em três parcelas, para os dias 10, 20 e 30 do mês seguinte ao do suprimento. O acréscimo na rubrica Concessionárias e Permissonárias se deveu ao fato de que duas parcelas do pagamento do Contrato de Fornecimento de Energia, vencidas em dezembro, somente foram quitadas no mês de janeiro.

7. VALORES A REEMBOLSAR

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Aportes Operacionais	-	133.323

Refere-se à composição dos aportes operacionais, deduzidos das prestações de contas realizadas pelo Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativas a despesas operacionais do exercício.

8. OUTROS ATIVOS

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Almoxarifado de Operação e Manutenção	508.779	175.813
Adiantamentos a Fornecedores	267.748	-
	<u>776.527</u>	<u>175.813</u>

A variação ocorrida no período é decorrente da reavaliação do Ativo Imobilizado do CEC III, alocada indevidamente e realocada no Almoxarifado no período, bem como a rubrica Adiantamento a Fornecedores que representa a participação proporcional da Companhia nos saldos apresentados pelo CEC III.

9. ENERGIA ELÉTRICA RATEIO DE LIMINARES-GSF

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Energia Elétrica Rateio de Liminar - GSF	2.947.417	-

No decorrer de 2015 diversas empresas de geração obtiveram liminares para isenção do pagamento do custo decorrente de a GSF ser menor que a unidade. A CCEE rateou os valores cobertos pelas liminares para os demais agentes que estavam desprotegidos. Inicialmente, em agosto de 2015, a ECIII pagou R\$ 1,275 milhão por conta desse rateio. Imediatamente a ECIII, entrou com pedido de liminar, a qual foi atendida em relação ao não rateio dos custos decorrentes da GSF oriundos da isenção de pagamento obtida judicialmente por outras empresas. Mesmo assim, a CCEE se apropriou em outubro do saldo da conta da ECIII junto ao Bradesco, utilizada exclusivamente para as liquidações, de R\$ 1,672 milhão de um montante cobrado de R\$ 95 milhões. Após sucessivas reiterações de decisões liminares a favor da ECIII, a CCEE, por decisão de seu Conselho de Administração, resolveu não mais cobrar os valores correspondentes ao rateio, bem como efetuar seu ressarcimento à ECIII, o que ocorrerá no início de 2016.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1 Transações e Saldos

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com o Consórcio Corumbá III. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 230.174 mil.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Aporte de Investimentos	230.174	668.248

a) Composição:

Grupo	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO	Suprimento – CEB	-	-
PASSIVO	Distribuição	5.862.265	4.346.707
	Encargos de Uso de Rede – CEB	64.537	53.218
	Dívidas com Pessoas Ligadas		
	Cons. Empr. Corumbá III	-	-
	Aporte Operacional	498.920	488.880
	Cons. Empr. Corumbá III	-	-
	Aporte Investimento	-	488.882
	Comissão Comprometimento – Neoenergia	96.755	79.745
	Coligadas e Controladas ou Controladoras	9.069.432 (a)	8.920.802 (a)
		<u>9.665.107</u>	<u>9.489.427</u>

PASSIVO	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
	Dividendos a pagar	22.250	47.835
	Bancos		
	Strata Construções e Concessões Integradas S.A	80.920	173.968
	Companhia Energética de Brasília – CEB	538.207	1.196.772
	CELG – Geração	-	-
	Transmissão – CELG GT	538.207	1.196.772
	Geração C III AS	209.690	466.274
		<u>1.389.275</u>	<u>3.081.620</u>

PATRIMÔNIO

LIQUIDO	Capital a Realizar	31/12/2015	31/12/2014
	Energ Power Ltda	(1.541.104)	(1.559.964)
	Strata Construções e Concessões Integradas S.A	(584.093)	(652.684)
		<u>(2.125.197)</u>	<u>(2.212.647)</u>

RESULTADO	Receita de Suprimento – CEB Distribuição S.A.	31/12/2015	31/12/2014
		38.281.820	36.631.416

b) Detalhamento das Transações com Partes Relacionadas

(a) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativos a retenções Contratuais e Fornecedores, que foram Imobilizados pelo Consórcio, sem solicitação de aportes (Retenções Contratuais e dívidas com Fornecedores). Estes valores são históricos e não tem sido atualizado, pois são objetos de disputa arbitral que se encontra em fase final de acordo entre o CEC III e o Consórcio Epecista.

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus acionistas.

As operações de venda de energia efetuadas junto a CEB Distribuição S.A são feitas a valores de mercado, conforme Contrato de Compra e Venda (PPA) firmado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2015, devido à natureza das contas os valores foram reclassificados do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante.

11. REPECTUAÇÃO GSF RESOLUÇÃO 684

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contratação dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a Energética Corumbá III SA, por meio da carta ECIII 035/2015, de 22 de dezembro de 2015, encaminhou à SRM – Superintendência de Regulação de Estudos do Mercado, manifestação de seu interesse na Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL, por meio do Despacho 034/16, de 11 de janeiro de 2016, anuiu à Repactuação do Risco Hidrológico pleiteado pela ECIII.

Por meio da correspondência ECIII 003/2016, a SRM encaminhou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico nº 35/2016, em 14 de janeiro de 2016, bem como a manifestação de desistência da Ação Ordinária nº 55571-48-2015.4.01.3400, que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico.

Conforme determinada pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral dos Acionistas, a ECIII optou pela repactuação, assumindo o risco hidrológico de 10%, ou seja, a companhia estará protegida contra os efeitos de GSF menor que 90%. Nesta opção, o prêmio é de 1,25 R\$/MWh. O recolhimento do prêmio contratado somente ocorrerá a partir de 07 de novembro de 2016, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de repactuação alterada para 14 de fevereiro de 2017.

05 ► 08

06 - 08		ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.				
		CNPJ 04.631.430/0001-62				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)						
<p>O montante de potência repactuado foi de 19,59991 MW médios. O resultado a ser resarcido referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, calculado pelo custo de 15,13 R\$/MWh, referidos a janeiro de 2015, conforme Resolução 684/2015, totaliza R\$ 2.597 milhões.</p>						
12. FUNDOS VINCULADOS						
Descrição	31/12/2015	31/12/2014				
Serviço da Dívida	3.146.898	4.502.616				
Operação e Manutenção	860.025	781.200				
	4.006.923	5.283.816				
<p>Refere-se à aplicação no Fundo de Investimento 33, administrado pela BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme Parágrafo Segundo e Terceiro da Cláusula Nona do contrato de Empréstimo e Financiamento BNDES 0920049.1, de 03 de julho de 2009, o qual determina que seja assegurado o saldo necessário nas contas Serviço da Dívida e Operação e Manutenção, equivalente ao montante de 3 (três) vezes a última parcela vencida, incluindo o principal, juros e demais acessórios do contrato. Em 31 de dezembro de 2015, ocorreu redução de 25% nas aplicações financeiras em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2014, em função da diminuição das disponibilidades financeiras em virtude do alto custo pago pela Companhia para contratação de energia, observada a determinação do Contrato de Empréstimo e Financiamento.</p>						
13. IMOBILIZADO						
<p>Refere-se, principalmente, a investimentos na Usina Hidrelétrica Corumbá III, correspondente à participação proporcional da Energética Corumbá III S/A no empreendimento (40%). A Usina entrou em operação comercial em 24 de outubro de 2009, constituída com os bens novos e ativados em serviço nesta data e os valores avaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada, inteiramente adequada ao preço de mercado.</p>						
a) Composição						
	2015		2014			
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido			
Em Serviço						
Terrenos	28.161.149	-	28.161.149			
Reservatórios, Barragens e Adutoras	125.929.232	(15.434.379)	110.494.853			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	13.208.973	(1.606.960)	11.602.013			
Máquinas e Equipamentos	45.089.301	(8.245.832)	36.843.469			
Veículos	-	-	5.956			
Móveis e Utensílios	107.026	(29.852)	77.174			
	212.495.681	(25.317.023)	187.178.658			
Em Curso						
Terrenos	235.423	-	235.423			
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	1.627.063			
Máquinas e Equipamentos	29.940	-	29.940			
Adiantamento a Fornecedores	13.644.948	-	13.644.948			
Depósitos Judiciais	5.341.497	-	5.341.497			
	19.251.808	-	22.586.090			
	231.747.489	(25.317.023)	206.430.466			
			189.139.354			
14. INTANGÍVEIS						
<p>O saldo em 31 de dezembro de 2015 é constituído por direitos de uso de software, serviço de passagem e pela UBIP. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.</p>						
a) Composição						
<p>Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:</p>						
USINA	31/12/2015	31/12/2014				
INTANGÍVEIS UBIP	3.706.755	3.883.970				
	3.706.755	3.883.970				
SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE CONEXÃO						
INTANGÍVEIS						
Serviço	263.890	315.475				
Outros	49.949	-				
	313.839	315.475				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
INTANGÍVEIS						
Softwares	-	361.309				
Outros	281.603	-				
	281.603	361.309				
	4.302.197	4.560.755				
TOTAL						
b) Movimentação	31/12/2014	Adições	Estornos			
Intangível em Serviço						
Custo						
Direito de Uso da Concessão	4.814.351	-	4.814.351			
Outros Intangíveis	716.134	(9.372)	706.763			
Totais	5.530.485	(9.372)	5.521.114			
Amortização						
Direito de Uso da Concessão	(930.381)	(177.215)	(1.107.596)			
Outros Intangíveis	(39.350)	(71.971)	(111.321)			
Totais	(969.731)	(249.187)	(1.218.917)			
Total do Intangível	4.560.755	(249.187)	4.302.197			
b) Movimentação	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	Estornos	31/12/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Terrenos	26.520.604	-	-	-	1.640.545	28.161.149
Reservatórios, Barragens e Adutoras	124.638.433	-	1.814.967	-	(524.168)	125.929.232
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	12.757.391	-	128.795	-	322.788	13.208.973
Máquinas e Equipamentos	45.653.190	450	1.690.742	-	(2.255.081)	45.089.301
Veículos	43.554	-	-	(33.437)	(10.117)	-
Móveis e Utensílios	142.104	-	-	-	(35.078)	107.026
Total em Serviço	209.755.277	450	3.634.503	(33.437)	(861.111)	212.495.682
Depreciação Acumulada						
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(12.422.797)	(2.558.651)	-	-	(452.932)	(15.434.379)
Edificações, obras cíveis e Benfeitorias	(1.276.973)	(293.305)	-	-	(36.683)	(1.606.960)
Máquinas e Equipamentos	(6.851.414)	(1.650.316)	-	-	255.899	(8.245.832)
Veículos	(37.598)	(1.025)	-	33.437	5.185	-
Móveis e Utensílios	(27.140)	(8.285)	-	-	5.573	(29.852)
Total em Curso	(20.615.922)	(4.511.582)	-	33.437	(222.957)	(25.317.023)
Imobilizado Líquido	189.139.355	(4.511.132)	3.634.503	-	(1.084.068)	187.178.659
Imobilizações em Curso						
Terrenos	200	91.438	-	(21.314)	165.099	235.423
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.627.063	421.819	(1.814.967)	(200.025)	(33.891)	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	(128.795)	-	128.795	-
Máquinas e Equipamentos	4.436	15.411	(1.690.742)	(7.775)	1.708.609	29.940
Adiantamento a Fornecedores	15.582.810	19.087	-	-	(1.956.949)	13.644.948
Depósitos Judiciais	5.371.581	23.987	-	(42.070)	(12.000)	5.341.497
Transform. Fabricação, Reparo Material	-	38.232	-	(38.232)	-	-
Total em Curso	22.586.089	609.973	(3.634.503)	(309.416)	(336)	19.251.808
Total do Imobilizado	211.725.444	(3.901.158)	-	(309.416)	(1.084.404)	206.430.466
13.1 Custo atribuído no ativo imobilizado						
<p>A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS, de acordo com o NBC TG 27 – Ativo Imobilizado (CPC 27), com base em avaliação do Ativo Imobilizado realizada por consultoria especializada contratada pelo Consórcio Empreendedor Corumbá III. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, método de depreciação de Ross-Heidecke, que considera o estado de conservação e a vida transcorrida da edificação para obter seu custo atribuído, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.</p>						
13.2 Taxas de depreciação						
<p>A Companhia calcula sua depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, desde que não ultrapassar o prazo de concessão, de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.</p>						
13.3 Bens vinculados à concessão						
<p>De acordo com o contrato de concessão 126/2001, é vedada à Companhia alienar ou ceder a qualquer título os bens e instalações considerados servíveis à concessão sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação.</p>						
15. FORNECEDORES						
Descrição	31/12/2015	31/12/2014				
Materiais e Serviços	1.589	2.686				
Encargos de Uso de Rede – CEB Distribuição (a)	64.537	53.218				
Compra de Energia Elétrica (b)	395.064	1.760.298				
	461.190	1.816.202				
<p>(a) O saldo se refere, basicamente, a encargos de uso de rede com parte relacionada. (b) Refere-se à compra de energia no mercado de curto prazo.</p>						
16. FOLHA DE PAGAMENTO	31/12/2015	31/12/2014				
Tributos Retidos na Fonte	6.651	6.855				
FGTS	2.298	2.354				
Provisão – Férias	31.376	34.789				
Encargos s/ Férias e 13º Salário	8.942	13.409				
Outros	12.322	14.500				
	61.590	71.907				
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						
a) Composição						
	31/12/2015					
	Circulante	Não Circulante	Total			
Contrato						
BNDES 1052	5.145.757	34.733.858	39.879.615			
BNDES 1176	68.747	464.043	532.790			
BNDES 168	380.726	2.569.902	2.950.628			
BNDES1150	1.539.644	10,392,600	11,932,244			
	7.134.874	48,160,403	55,295,277			
	183.083	-	183.083			
Encargos						
Total	7.317.957		62,205,652			
Perfil da Dívida						
<p>Para a implantação do empreendimento, a ECIII celebrou, em 2009, um contrato de financiamento junto ao BNDES, cuja taxa de juros corresponde à TJLP acrescida de 1,72 a.a., com prazo de 14 anos. A parcela superior a 6% da TJLP é capitalizada.</p>						
b) Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos						
Instituição	Contratos	Data de Assinatura	Atualização			
BNDES	0920049.1	03/07/2009	TJLP + 1,72% a.a.			
			15/09/2023			
<p>O empréstimo foi tomado para a construção da Usina Corumbá III. As disponibilizações ocorreram da seguinte forma:</p>						
	Parcela	Data	Valor Disponibilizado			
	BNDES 1052	30/07/2009	71.088.000			
	BNDES 1176	30/07/2009	21.270.000			
	BNDES 168	15/06/2009	5.311.000			
	BNDES 1150	15/09/2009	959.000			
c) Os contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela ECIII estão suportados pelas garantias da operação citadas abaixo:						
<p>* Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:</p>						
<p>1. Direitos supervenientes de créditos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“CCVE”), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;</p>						
<p>2. As garantias constantes do “CCVE”;</p>						
<p>3. Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornarem devidos pelo Poder Concedente à Companhia;</p>						
<p>4. Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral n. 12.1.1;</p>						

07-08

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão;

6. Penhor das ações de emissão da Companhia;

7. Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVL celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

18. TAXAS E NCARGOS REGULAMENTARES

	31/12/2015	31/12/2014
Compensação Financiamento p/Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH	47.234	128.418
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	610.753	404.195
Taxa de Fiscalização de Serviços Energia Elétrica - TFSEE	7.444	6.052
	665.431	538.666

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH
A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas.

Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custo de suas atividades. A TFSEE, fixada anualmente, é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

De acordo com a Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, com geração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Conforme artigo 2º da Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

A Resolução Normativa nº 233/2006, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2007, estabeleceu em seu artigo 2º que o fato jurídico necessário e suficiente para a constituição das obrigações legais referidas em seu artigo 1º é o reconhecimento contábil, por parte das concessionárias e permissionárias, bem como pelas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dos itens da Receita Operacional, elencados no parágrafo 1º do artigo 3º, desta Resolução.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Segundo a Resolução Normativa nº 316/2008, a empresa de energia elétrica deverá enviar, na forma do parágrafo 1º, do artigo 2º, relatório final de auditoria contábil e financeira específico dos projetos de P&D para avaliação final da ANEEL, para fins de reconhecimento dos investimentos realizados.

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ a Recolher	240.481	213.448
IRRF s/ Notas Fiscais	1.667	1.087
CSSL a Recolher	146.692	138.601
PIS a Recolher	22.859	21.200
COFINS a recolher	105.504	97.848
INSS Pessoa Jurídica	7.168	8.143
Retenção - Lei 10.833	3.734	1.680
	528.106	482.008

O regime de tributação adotado pela ECHIII é o de Lucro Presumido. As contribuições PIS e COFINS são calculadas sobre a Receita Bruta, pela alíquota de 0,65% e 3% respectivamente. O Imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente sobre a base de Lucro Presumido.

20. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		
Cons. Empre. Corumbá III - Aporte Operacional (a)	498.920	488.880
Comissão Comprometimento - Neoenergia (b)	96.755	79.745
	595.675	568.626
NÃO CIRCULANTE		
Cofinadas e Controladas ou Controladoras (c)	8.920.802	8.920.802
Relações Contratuais (d)	9.069.432	9.069.432
	17.990.234	17.990.234
TOTAL	18.585.909	18.558.860

(a) Refere-se a aportes efetuados pela Energética Corumbá III S.A. no Consórcio Empreendedor Corumbá III.

(b) Refere-se à comissão de comprometimento devida à Neoenergia S.A. mediante as garantias assumidas no contrato de financiamento da Energética Corumbá III S.A.

(c) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativo a retenções contratuais e Fomecedores já ativadas. Devido à natureza das contas os valores foram reclassificados do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2015.

(d) Refere-se a 40% de retenções contratuais de fornecedores do Consórcio Empreendedor Corumbá III.

21. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Energy Power S.A	22.250	18.860
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A	80.920	68.590
Companhia Energética de Brasília - CEB	538.207	460.518
CELG - Geração e Transmissão - CELG GT	538.207	460.518
Geração CIII SA	209.690	179.422
	1.389.275	1.187.909

Referem aos dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social correspondentes a 25% do Lucro Líquido do Exercício.

22. USO DO BEM PÚBLICO - UBP

	2013	2014	2015
Saldo Inicial	5.861.728	6.069.521	6.227.549
Atualização Obrigatória - Valor Presente	544.497	526.501	854.018
Despesas Financeiras - AVP	423.962	423.962	423.962
Pagamento UBP	(760.665)	(792.435)	(830.302)
Saldo Final	6.069.521	6.227.549	6.675.226

Refere-se à obrigação contratual devida pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, com atualizações anuais pela variação do IGPM, ajustada ao Valor Presente, utilizando-se a taxa de 12% a.a.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 121.586.088, representado por 60.793.942 ações ordinárias e 60.793.046 preferenciais. O capital realizado é de R\$ 119.460.891.

Composição:

Acionistas	Quantidade de Ações		Capital em R\$		
	Ordinárias	Preferenciais	Subscrito	A Realizar	Realizado
Energy Power S.A	3.551.709	-	3.551.709	1.541.104	2.010.605
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A	7.896.379	-	7.896.379	584.093	7.312.286
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	30.396.523	45.594.783	-	45.594.783
CELG - Geração e Transmissão - CELG G & T	15.198.260	30.396.523	45.594.783	-	45.594.783
Geração CIII SA	18.948.434	-	18.948.434	-	18.948.434
	60.793.042	60.793.046	121.586.088	2.125.197	119.460.891

Em 8 de junho de 2010, foi formalizado Termo de Transferência de Ações da Energética Corumbá III S/A, detidas por acionistas inadimplentes, para a Geração CIII S/A, cuja eficácia dependia de prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

A Anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL foi formalizada pela Resolução Autorizativa nº 2.590. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou a transação em 01 de fevereiro de 2011, por meio da Decisão da Diretoria 91/2011-BNDES.

Com a aprovação do BNDES e a ANEEL, foram transferidas 18.948.434 ações dos acionistas Strata e Energy Power para a Geração CIII S/A.

b) Reservas e Dividendos

• Reserva Legal - constituída à razão de 5% do Lucro Bruto do Exercício, apurado anualmente até o limite de 20% do Capital Social;

• Reserva Estatutária - constituída à razão de 5% do Lucro Bruto do Exercício apurado anualmente;

• Reserva de Retenção de Lucros - constituída à razão de 65% do saldo remanescente;

• Dividendos Obrigatórios - equivalentes a 25% do Lucro Líquido

As reservas constituídas e dividendos provisionados no período estão devidamente demonstrados na Mutação do Patrimônio Líquido.

24. RECEITA LÍQUIDA

A Receita corresponde, majoritariamente, à receita relacionada ao contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica CEB Distribuição SA.

	31/12/2015	31/12/2014
Receita Operacional Bruta		
Suprimento de energia elétrica	38.282.425	37.095.264
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(248.836)	(241.119)
COFINS	(1.148.473)	(1.112.858)
Encargos do Consumidor - P&D	(361.634)	(353.874)
	(1.758.943)	(1.707.851)
Receita Operacional Líquida	36.523.482	35.387.412

A tabela a seguir resume os volumes em MW de energia assegurada contratada pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, no exercício de 2015.

VENDA DE ENERGIA (2015)

Mês	Cliente	Volume (MWh)	Tarifa (R\$/MWh)	Faturamento (R\$)
Janeiro	CEB-D	14.379	211,21	3.036.950
Fevereiro	CEB-D	13.849	211,21	2.925.114
Março	CEB-D	14.843	211,21	3.135.037
Abril	CEB-D	14.351	211,21	3.031.166
Mai	CEB-D	14.981	211,21	3.164.058
Junho	CEB-D	14.231	211,21	3.005.672
Julho	CEB-D	14.932	211,21	3.153.851
Agosto	CEB-D	15.146	211,21	3.199.066
Setembro	CEB-D	15.691	211,21	3.314.055
Outubro	CEB-D	15.211	215,76	3.281.881
Novembro	CEB-D	15.373	228,86	3.518.160
Dezembro	CEB-D	15.367	228,86	3.516.810
Total		178.354		38.281.820

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

Custos e Despesas Operacionais (R\$)	2015	2014	Variação
Custo com Energia			
Aquisição de Energia de Curto Prazo	(10.582.103)	(12.851.466)	(17,7%)
Encargos do Uso da Rede Elétrica	(723.098)	(598.613)	20,8%
	(11.305.201)	(13.450.079)	(15,9%)
Custo com Operação			
Serviços de Terceiros	(3.894.662)	(3.427.546)	13,6%
Depreciação	(4.647.782)	(4.108.815)	13,1%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(501.865)	(841.413)	(40,4%)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	(89.327)	(72.625)	23,0%
Outros Custos de Operação	(209.151)	(424.344)	(50,7%)
	(9.342.787)	(8.874.743)	5,3%
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal e Administradores	(1.577.307)	(1.574.453)	0,2%
Serviços de Terceiros	(776.095)	(385.351)	101,4%
Perdas na Desativação de Bens	(541.104)	-	-
Depreciação	(117.378)	(68.071)	72,4%
Tributos	(4.364)	(57.474)	(92,4%)
Outras Despesas/Receitas	(213.501)	115.559	(284,8%)
	(3.229.749)	(1.969.790)	63,9%
Total	(23.877.737)	(24.294.612)	(1,7%)

Em 2015, ocorreu uma redução de 17,7% do custo da energia contratada (10,6 milhões contra 12,9 milhões em comparação com o período anterior), conforme detalhado nos quadros a seguir:

CONTRATAÇÃO DE ENERGIA

	2015	2014
Energia Contrata noMRE - MWh	41.189	3.280
Energia Contrata noMCP / PLD - MWh	24.670	14.600
Energia Contrata noACL - MWh	7.143	5.589
	73.002	23.469

PREÇO MÉDIO DA ENERGIA CONTRATADA

	2015	2014
Energia Contrata noMRE - R\$/MWh	13,07	15,98
Energia Contrata noMCP / PLD - R\$/MWh	389,82	751,28
Energia Contrata noACL - R\$/MWh	357,75	276,95

CUSTO COM A CONTRATAÇÃO DE ENERGIA

	2015	2014
Energia Contrata noMRE - R\$	538.202	52.412
Energia Contrata noMCP / PLD - R\$	9.616.709	10.968.496
Energia Contrata noACL - R\$	2.555.513	1.547.888
Ajustes Financeiros e Recontabilizações / CCEE - R\$	469.427	282.669
Repactuação GSF - R\$	(2.597.749)	-
	10.582.103	12.851.466

Apesar de o volume de energia contratados em 2015 ser muito superior ao de 2014, os custos de energia reduziram 17,7%. Isso foi possível devido à redução de 48% do valor médio do PLD, item de maior influência nos custos, e à repactuação do risco hidrológico. A necessidade de volume maior de energia em 2015 se deveu à baixa geração da Usina Corumbá III (87.661 MWh em 2015 contra 156.847 MWh em 2014) e à redução da Energia Assegurada do sistema (GSF).

O aumento de 20,8% na despesa referente aos Encargos de Uso do Sistema de Distribuição se deveu ao fato de que algumas parcelas que deveriam ter sido cobradas pela CEB-D em 2014, somente o foram em 2015.

A redução de 40,4% da despesa de Compensação Financeira de Recursos Hídricos - CFRH foi devida à drástica redução na geração da UHE Corumbá III. As despesas com Serviços de Terceiros aumentaram 22,5% em decorrência da contratação de assistência jurídica para impetrar as ações judiciais referentes à GSF. As despesas referentes à Depreciação e Perdas na Desativação de Bens foram maiores em 2015, em função da reavaliação do Ativo Imobilizado do Consórcio Empreendedor Corumbá III, bem como a transferência de R\$ 1,94 milhão da rubrica Adiantamento a Fomecedores para o Imobilizado em Serviço, retroativamente ao início da Operação Comercial da Usina.

O aumento de 17,6% em outros custos e despesas se deveu, principalmente, à reversão de provisão trabalhista ocorrida no Consórcio Empreendedor Corumbá III em 2014 e refletida na ECHIII, pelo valor de R\$ 400 mil. Essa reversão distorceu o valor dessa rubrica para efeitos de comparação com 2015.

07-08

08 > 08

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro Líquido (R\$ mil)	2015	2014	Variação (%)
Renda de Aplicações Financeiras	944	1.461	(35,4)%
Encargos do Financiamento BNDES	(4.364)	(4.340)	0,6%
Outras Despesas Financeiras	(2.350)	(2.139)	9,9%
Resultado Financeiro	(5.771)	(5.018)	15,0%

O fator que mais contribuiu com a diminuição do resultado financeiro de 2015 em relação a 2014 foi a redução da renda de aplicações financeiras, em função da diminuição das disponibilidades por causa do alto custo de contratação de energia. Outro fator a ser considerado foi o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo, indexador do Financiamento contratado com o BNDES que passou por sucessivas altas, de 5% para 7%, ao longo de 2015, conforme quadro a seguir:

TRIMESTRE	2015	2014
Janeiro à Março	5,5%	5%
Abril à Junho	6,0%	5%
Julho à Setembro	6,5%	5%
Outubro à Novembro	7,0%	5%

27. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, o Consórcio Empreendedor Corumbá III possuiu contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Seguro de riscos operacionais: Seguro caracterizado como "All "Risks" que inclui as coberturas para o rompimento da barragem, quebra de máquinas, terremoto, alagamento, desmoronamento, roubo de conteúdo e danos da natureza.

SEGURADORA	COBERTURAS	VIGÊNCIA
ACE Seguros Soluções Corporativas S.A	404.484	07/11/2015 à 08/10/2016

Seguro de responsabilidade civil: Garante o reembolso das quantias pagas pelo segurado decorrentes de danos a terceiros (Materiais e/ou Corporais) de natureza involuntária e acidental. Inclui os danos decorrentes de poluição súbita, danos morais, e os danos das barragens (somente para as hidrelétricas).

SEGURADORA	COBERTURAS	VIGÊNCIA
ACE Seguros Soluções Corporativas S.A	50.000	08/10/2015 à 08/10/2016

28. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

Conforme determina a NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03), segue, abaixo, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional apresentado na demonstração do fluxo de caixa pelo método direto:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2015
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	6.874.846
Ajustes de despesas e receitas que não afetaram o caixa:	5.306.264
Despesas de depreciação e amortização	4.765.160
Perdas na desativação de bens	541.104
Variações patrimoniais ativas e passivas:	(4.008.467)
Concessionárias e permissionárias	(1.515.558)
Outros ativos	(478.071)
Fornecedores	(1.355.012)
Obrigações sociais e trabalhistas	35.781
Outros passivos	590.030
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.285.637)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.172.643

29. LAJIR

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Líquido	5.557.099	4.751.817
(+) Tributos sobre o Lucro	1.317.747	1.319.712
(+) Despesas Financeiras Líquidas	6.714.702	6.478.976
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(943.801)	(1.461.292)
(+) Outras (Despesas) e Receitas	-	3.588
(=) LAJIR	12.645.747	11.092.800

30. LAJIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Líquido	5.557.099	4.751.817
(+) Tributos sobre o Lucro	1.317.747	1.319.712
(+) Despesas Financeiras Líquidas	6.714.702	6.478.976
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(943.801)	(1.461.292)
(+) Outras (Despesas) e Receitas	-	3.588
(+) Depreciações/Amortização	4.765.160	4.176.886
(=) LAJIDA	17.410.906	15.269.686

31. Eventos Subsequentes

Em 11 de janeiro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 034, que anuiu a repactuação do Risco Hidrológico da Energética Corumbá III S.A.

Em 14 de janeiro de 2016 a Energética Corumbá III S.A. assinou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico de nº 35/2016, bem como manifestou desistência da Ação Ordinária nº 55571-48-2015.4.01.3400 que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico.

O recolhimento do prêmio contratado, somente ocorrerá a partir de 07 de novembro de 2016, durante o período de extensão do contrato, o qual terá sua data final de encerramento alterada para 14 de fevereiro de 2017.

DIRETORIA

Agnelo Raimundo Schumann Cunha
Diretor Presidente

Luiz Fernando de Moraes Torres
Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR

Elzio Antonio Comélio
CRC-33964-S/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos Administradores e Conselheiros da
ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII
Brasília - DF

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A. – ECIII** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2015, contendo modificações relativas à limitação de escopo decorrente da inexistência de composição analítica e documentação comprobatória do saldo de adiantamento a fornecedores, no montante de R\$ 20.954 mil, e à ausência de reconhecimento de atualização das retenções contratuais realizadas conforme o contrato EPC, no montante de R\$ 4.155 mil. Esses assuntos foram regularizados no decorrer do exercício de 2015.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e de acordo com as normas expedidas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado e pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de fevereiro de 2016.

Josias Oliveira Barros Neto **Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**
Contador – CRC 009386/O-1 **CRC/MG 005455/O-1**

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ Nº 04.631.430/0001-62 - NIRE Nº 53300006563

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
15ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Estão convocados os acionistas da Energética Corumbá III S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sede da Energética Corumbá III S.A., no SIA Trecho 3/4, Lotes 625/695, Bloco "A", Sala 204, Guará - DF, no dia 28 de abril de 2016, em primeira chamada às dez horas e em segunda chamada às dez horas e trinta minutos, para deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras do

exercício de 2015; 2) Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2015; 3) Aprovação da Remuneração dos Diretores e Conselheiros para o ano de 2016; 4) Eleição dos Conselheiros para o Triênio 2016-2019 e designação do Presidente do Conselho. **INSTRUÇÕES GERAIS** Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias deverão ser depositados na Sede Social da ECIII, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da ocorrência da Assembleia. Brasília - DF, 21 de março de 2016. **ASLEY STECCA STEINDORFF** - Presidente do Conselho de Administração da ECIII. **DAR-360/2016.**